

## DESAFIOS PARA GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE MOSSORÓ-RN

Jakson Ulisses Nunes<sup>1</sup>

Rosa Adeyse Silva<sup>2</sup>

Elisabete Stradiotto Siqueira<sup>3</sup>

Liana Holanda Nepomuceno Nobre<sup>4</sup>

Valdemar Siqueira Filho<sup>5</sup>

### RESUMO

O objetivo deste trabalho foi identificar as características da produção e as expectativas do agricultor familiar na região de Mossoró – RN. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza dados quantitativos para fins descritivos. Participaram do estudo cinco assentamentos rurais, sendo entrevistados quarenta e oito agricultores. Os dados sugerem que apesar das dificuldades os agricultores pretendem permanecer no assentamento, contudo, encontram muitas limitações no que diz respeito ao financiamento da produção. Embora limitada os principais agentes que oferecem acessoria são Organizações não governamentais e as Associações. A produção rural não é a principal fonte de renda desse grupo social, sendo que ainda que tenham como perspectiva a comercialização em muitos momentos ela se restringe ao consumo da família. Feijão e milho são as principais culturas produzidas. A qualificação dos produtores é predominantemente informal, sendo os amigos e a famílias pilares importantes nesse processo de formação. Conclui-se que os produtores, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas tem como perspectiva permanecer no meio rural, contudo, políticas de assessoramento e financiamento da produção, diminuindo a dependência dos processos produtivo das intemperies climáticas, são fundamentais para que esta se torne uma alternativa viável para o sustento dessas famílias.

Palavras-chave: agricultura familiar; gestão; semiárido.

### 1 INTRODUÇÃO

As mudanças estruturais ocorridas no agronegócio nos últimos anos têm evidenciado a necessidade de novas formas de gerenciamento. Os agricultores estão atuando num contexto que se estende muito além da porteira. Esse cenário exerce crescente pressão para que eles façam frente aos desafios com atitudes qualificadas, conhecimento e habilidades para serem capazes de reconhecer o potencial das ameaças ambientais e a viabilidade que está presente em cada atividade; portanto, a atividade é muito mais do que um meio de vida, é um negócio que precisa ser sustentável. A habilidade para acessar a informação adequar-e rapidamente à nova realidade e saber gerenciar eficazmente são muito mais requeridas que no passado (REEVE; BLACK, 1993).

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Administração daUFERSA.

<sup>2</sup> Graduada do Curso de Administração daUFERSA.

<sup>3</sup> Professora da UFERSA, doutorado em Ciências Sociais pela PUC/SP

<sup>4</sup> Professora da UFERSA, doutorado em Administração pela PUC/PR.

<sup>5</sup> Professor da UFERSA, doutorado em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP.

Giles e Stansfield (1990) salientam que o gerenciamento pode ser considerado como o decidir o que quer fazer e, então, fazer. Contudo sugerem que ele envolve um conceito mais complexo: é uma atividade complexa, envolvendo a combinação de coordenação de recursos humanos, físicos e financeiros, num meio que produz uma *commodity* ou um serviço que podem ser vendidos a um preço que pode ser pago, enquanto torna o ambiente de trabalho agradável e aceitável para os envolvidos.

Com o advento da industrialização da agricultura houve a transformação da realidade, de um grande grupo de famílias de pequenos produtores, com produtos diversificados, para poucas corporações altamente qualificadas, com operações privadas. Tais empresas ameaçam os produtores tradicionais em razão de suas vantagens, pois os mercados estabelecem os produtos e a produção (WANER, 2000).

O gerenciamento de uma grande ou pequena empresa do agronegócio e o de outros ramos de negócios não difere significativamente, visto que em todas há necessidade de se aplicar os princípios de gestão. Contudo, a lógica administrativa dos agricultores familiares é muito diferente daqueles agentes do agronegócio, pois a noção de excedente, organização do trabalho e poder se constituem bases diferenciadas, enquanto nas grandes propriedades o mercado é o definidor das estratégias administrativas no caso da pequena propriedade da agricultura familiar a família e a subsistência constituem-se em fatores importantes na delimitação da cultura organizacional desses atores (BAIARDI, 2014).

Nesse sentido é necessário identificar as competências essenciais dos agricultores no processo de gestão de sua propriedade como forma de potencialização e socialização com outros proprietários dessa mesma natureza e também identificar os fatores que dificultam sua inserção no mercado competitivo.

O aprimoramento do processo de gestão pode contribuir com o processo de fixação do homem no campo, reduzindo as assimetrias sociais e econômicas, visto que ao tornar a propriedade rural mais atrativa minimiza a sedução dos centros urbanos.

A fixação do homem no campo tem sido um desafio para as políticas públicas visto que a cidade, além de atrativos sociais e culturais, também apresenta a possibilidade de oportunidades mais consistentes no campo econômico. Tal processo tem provocado historicamente uma deterioração da vida na cidade e o isolamento dos proprietários de pequenas propriedades rurais (DOS SANTOS, 2012).

Tal questão está integrada em uma complexa rede de relações sociais, tecnológicas, culturais e econômicas que demandam uma abordagem hologramática.

Nesse sentido compreende-se que não é possível propor formas de gestão descontextualizadas da dimensão sócio-cultural dessa população. Qualquer proposição nesse sentido deve ser fruto de um processo de tradução cultural entre o atual patamar da área de conhecimento da gestão e o perfil cultural dessa população, de forma que esse processo possa ser construído a partir dos conhecimentos e práticas já existentes naquele contexto cultural, para minimizar a resistência a novas propostas como também valorizar ações ali presentes.

Neste contexto o objetivo deste trabalho foi identificar as características da produção e as expectativas do agricultor familiar.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

As atividades rurais podem ser desenvolvidas de várias formas, desde a produção para a subsistência, até os grandes empreendimentos agrícolas, pecuários e agroindustriais. Sendo que as unidades familiares são caracterizadas auto-suficientes quando a atividade agrícola exercida por elas envolve o processo produtivo e de consumo, entretanto com o passar do tempo em razão da divisão do trabalho e do desenvolvimento do comércio, deu-se a dissociação entre o processo produtivo e o de consumo, quando o agricultor passou a não se limitar somente a produção para o consumo e iniciou a produzir com um novo objetivo, a comercialização ao mercado consumidor (VALLE, 1987).

A agricultura é considerada “familiar” segundo a organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária – INCRA (1996), a partir de três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família, o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família, e os fatores de produção pertencentes à família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. A agricultura familiar tem como principal objetivo o desenvolvimento rural sustentável, buscando explorar de uma forma diversificada o máximo possível de atividades economicamente viável para cada região.

Dessa forma, têm o conceito que é citado por Buainain e Souza Filho (2001), que são considerados estabelecimentos agrícolas familiares aqueles que atendam, simultaneamente, às seguintes condições: a) direção dos trabalhos do estabelecimento exercida pelos produtores; b) o trabalho familiar superior ao trabalho contratado. Os autores enfatizam ainda que não se determine agricultura familiar pelo tamanho da área da propriedade, cuja extensão máxima é determinada pela disponibilidade de mão-de-obra da família e as tecnologias que são utilizadas no desenvolvimento das atividades.

Gasson e Errington (1993, p. 20), apresentam seis características que definem a agricultura familiar: a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; c) o capital pertence a família; d) o patrimônio e os ativos são objeto de transferências intergeracional no interior da família; e) os membros da família vivem na unidade produtiva.

Já Neves (2006, P. 47), sintetiza o referido conceito “como a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”.

A agricultura familiar no Brasil de acordo com Buainain *et al.* (2005, p. 14), é extremamente diversificada, incluindo tanto as famílias que exploram minifúndios e produzem apenas para seu sustento, em condições extremas de pobreza, quanto a

produtores inseridos no moderno agronegócio, que conseguem gerar renda várias vezes superiores àquela que definimos a linha da pobreza. Porém além de gerar rendas a agricultura familiar precisa estabelecer estratégia para que seu produto participe de uma forma competitiva no mercado.

Tal situação é um grande desafio, principalmente quando a produção é feita em pequena escala, sendo o caso da agricultura familiar, sendo que segundo Wilkinson (2004), a escala de produção pode expulsar a agricultura familiar de posições conquistadas nos modernos mercados de *commodities* nas cadeias onde já manteve forte participação e até onde já chegou a ser âncora, como na cadeia do leite.

Espírito Santo *et al.* (2003), apresenta os caminhos que a agricultura familiar pode tomar para agregar valor e renda em sua atividade sendo eles: a verticalização da produção por meio da industrialização; a diferenciação de produtos por meio do desenvolvimento de produtos com qualidade superior, ou a combinação de ambos.

De acordo com Campos e Valente (2007), a diferenciação de produtos pela busca de qualidade superior enfrenta dificuldades no que se refere à padronização, escalonamento, custo, e a distribuição em canais específicos como Espírito Santo *et al.* (2003) apresenta. Dessa forma deve haver um reconhecimento do valor intrínseco por parte do consumidor, havendo a necessidades de certificações e a criação de novas marcas.

No processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, há duas faces da contribuição da ciência e tecnologia, segundo Medeiros *et al.* (2002, p. 23) sendo que esta, foi fundamental para a modernização nas técnicas de produção e equipamentos utilizados neste setor, tal processo trouxe como consequência indesejável, um alto nível de exclusão social. Em um primeiro nível esta exclusão veio através da substituição da mão-de-obra pelas máquinas, e mais recentemente com a exclusão dos produtores rurais que não conseguem acompanhar o nível da inovação e da padronização tecnológicos exigidos pelas novas formas de organização dos processos produtivos estruturados no âmbito do moderno agronegócio.

Segundo Evangelista (2000) apoiado em dados do Censo Agropecuário de 1995/6 do IBGE a participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários do país era de 85,2%, contudo sua participação em área era de 30,5% e nos financiamentos de 25,3%. Fortalecendo os argumentos que grande parte dos financiamentos estão destinados a grande propriedade.

Por outro lado, segundo o autor ainda que em uma área restrita esse segmento contribui com 37,9% do Valor Bruto da Produção.

No contexto nordestino o autor salienta que 88,3% dos estabelecimentos rurais são familiares e detém 43,5% da área gerando 43,5% do valor bruto da produção, contudo capturam somente 26,8% do financiamento. Percebe que o nordeste acompanha a tendência nacional, ainda de forma mais incisiva.

Esses dados indicam a importância econômica e social da agricultura familiar e seu importante papel no desenvolvimento da região.

#### a. Assentamentos Rurais

Segundo Bergamasco; Norder (1996), a conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas da produção econômica. Porém, nem sempre este ambiente no qual os produtores se inserem é adequado às suas necessidades, e sua precariedade pode

impedi-los de obter avanços produtivos. A carência de meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem num sistema que dê continuidade à sua pobreza.

Ainda segundo os autores, apesar de terem conquistado os assentamentos, os assentados começam a preparar soluções para novos desafios e problemas. Ganham a terra, mas, o que fazer com ela? Quase não há assistência técnica por parte dos órgãos governamentais que deveriam dar subsídios e treinamentos para o quê e como produzir.

De acordo com Bergamasco; Norder (1996), criados para atenuar os conflitos sociais no campo, os assentamentos não são inseridos num programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico. A marginalização adquire uma nova face que, paulatinamente vai sendo superada através de sua própria luta, trabalho e organização.

Para a FAO “a reforma agrária não é uma finalidade em si mesma (...) é um meio para o fortalecimento da agricultura familiar” (...) coloca a agricultura familiar no centro das políticas agrárias e de desenvolvimento sustentável (ITESP, 1998, p.11).

O acesso à terra se conecta, nessa perspectiva, ao direito e ao desenvolvimento. Visto pela ótica da cidadania (via sempre de dupla mão, de direitos e deveres), o acesso à terra se caracteriza pelo direito dos homens e mulheres proverem o seu próprio sustento e pela obrigação de serem produtivos, para seu grupo familiar e para a sociedade (SANTOS; ANDRADE, 1998).

Por outro lado, o público alvo dos projetos de assentamento é composto em sua maioria de bravos lutadores, que, se por um lado trazem consigo a marca da persistência e do idealismo, por outro vêm para o assentamento muitas vezes sem lenço nem documento, descapitalizados e sem condições de acesso às discussões financeiras e tecnológicas que rondam a agricultura (ITESP, 1998).

Os programas e ações estabelecidos ora se alinham num viés, ora noutro, e algumas vezes na zona intermediária entre eles no referido assentamento. Porém, em nenhum momento os órgãos governamentais se deixam confundir com o aspecto paternalista; não perdem de vista de que a prioridade do assentamento está na possibilidade de que o próprio assentado possa, a partir de sua própria produção e esforço, conquistar a sua cidadania até então perdida, ou até mesmo desconhecida (SANTOS; ANDRADE, 1998).

Por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de acordo com o Ministério Nacional de Política Fundiária (2001 *apud* Albuquerque, Coelho e Vasconcelos, 2004) os assentamentos estão apoiados em uma política de crédito própria, que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção da moradia, da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências.

Com o crescimento dos assentamentos, esses prazos têm diminuído bem como os assentados tem se conscientizado de que é necessário se organizarem para melhorar as lides de produção. A qualidade de vida nesses assentamentos, em que pese a sua precariedade, é percebida pelos assentados como tendo melhorado em relação à que usufruíam anteriormente.

O patamar anterior de qualidade de vida destes assentados era muito baixo; era o patamar em que se encontrava e em que ainda hoje se encontra a maioria dos brasileiros pobres que habitam o ambiente agrário. A própria constituição do assentamento apresenta-se como uma estratégia de inserção social por parte dessa população excluída (ALBUQUERQUE; COELHO; VASCONCELOS, 2004).

Assim, os assentados percebem que, sem recursos ou maior assistência, precisam sobreviver da terra. Mas aí se deparam com as muitas dificuldades da auto sobrevivência.

Batalha; Buainain; Souza Filho (2012) reconhecem que, em termos de desenvolvimento de técnicas de gestão que contemplem as particularidades da agricultura familiar e as formas pelas quais ela pode inserir-se de forma competitiva e sustentada no agronegócio nacional, tem sido feito muito pouco. A agricultura familiar vê-se exposta a paradigmas competitivos que são globais, embora inseridas em lógicas produtivas locais, circunscritas a territórios determinados. O segmento de agricultores familiares, independente dos mercados aos quais destinam a sua produção ou dos canais de comercialização que utilizam, devem poder contar com ferramentas de apoio à decisão adequada à sua cultura 'organizacional' e limitações em termos de educação formal e condições gerais do meio no qual estão inseridos.

Há uma heterogeneidade de múltiplos fatores, que incluem desde a formação histórica e cultural, as condições ambientais até as políticas públicas; não se pode ignorar as condições de infraestrutura atual, a disponibilidade de energia, a situação das estradas vicinais, a disponibilidade de assistência técnica para equipamentos e assim por diante no momento de escolha destas formas de competição (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2012).

Para os mesmos autores, aplicação das tecnologias de gestão no âmbito da agricultura familiar pode se dar, principalmente, em duas esferas. A primeira está relacionada às organizações associativas das quais grande parte dos agricultores familiares participa (cooperativas e associações) e a segunda está associada à própria gestão da propriedade rural.

Singer (2001) aponta uma possível solução: a solidariedade, visto como uma interação desinteressada e altruísta sendo indispensável à reprodução de qualquer sociedade. Aponta ainda que na sociedade capitalista, a interação social está cindida em dois campos distintos: o competitivo (que abrange parte das atividades econômicas, políticas, lúdicas etc.) e o solidário, que geralmente engloba as relações familiares, de vizinhança, de coleguismo no estudo, no trabalho, em esportes de equipe etc...

A regra de sociabilidade 'deveria' ser a competição, tanto entre empresas quanto dentro das empresas, na economia capitalista; no entanto, esta competição entre empresas é essencial para preservar os direitos da parte mais desconcentrada, seja de compradores seja de vendedores. Porém, o uso crescente de capital fixo indivisível na produção, distribuição e comunicação torna a livre competição extremamente antieconômica (SINGER, 2001).

Se aceitarmos que os homens compartilham os significados das atividades sociais que realizam, definindo e interpretando o mundo em que vivem, de acordo com Lima (2010), pode-se afirmar que o mesmo acontece no trabalho, onde as relações sociais atuam no sentido de ampliar as formas de exploração e dominação e, conseqüentemente, amplia as capacidades humanas de produzir.

Singer (2001) afirma que as organizações sociais e econômicas são regidas muito mais pela solidariedade do que pela competição, donde a economia solidária compreende diferentes tipos de 'empresas', associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. Estas empresas de associações surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver, visto que a solidariedade substitui, em alguma medida, o capital faltante; por serem pequenas e quase sempre com pouco ou nenhum capital, elas apresentam grande propensão a vegetar por algum tempo para, em seguida, desaparecer.

É nesse espaço que, segundo Lima (2010), constitui-se e se fortalece o movimento de economia solidária, incorporando o cooperativismo como alternativa a uma sociedade mais justa e igualitária; um socialismo renovado, tendo como proposta a inclusão dos trabalhadores que estão fora do mercado, por causa da reestruturação, ou pelo processo histórico de marginalização. Assim, surgem no país várias instituições de apoio à formação de cooperativas como voltadas a populações de baixa renda, como as cooperativas de reciclagem, de limpeza, de costura, de alimentação, artesanato, buscando a inclusão social.

Ainda, de acordo com Lima (2010), a falta de capital, a dificuldade de trabalhar com produtos próprios, a ausência de confiança entre os próprios trabalhadores bem como a manutenção da dependência de órgãos de incubação, são as causas do insucesso desse empreendimento.

Outro fator apontado por Batalha; Buainain; Souza Filho (2012) revela que nas associações de agricultura familiar se dá em decorrência de não poderem competir em escala: assim, resta para estes produtores a exploração de atividades onde a escala de produção não seja atributo essencial de competitividade, como as culturas consorciadas de hortaliças e leite, aves e hortaliças, bem como milho e hortaliças, ou apenas hortaliças. Os autores ainda afirmam que a relação à gestão operacional e financeira, muitas vezes, é quase inexistente; outras vezes, se resumindo a planilhas contendo poucos dados representativos para fins de controle.

Existem evidências de que os agricultores não conhecem as vantagens e desvantagens da escolha da forma associativa, que depende dos objetivos e do grau de capital social dos agricultores: em alguns casos o objetivo é aumentar o poder de barganha frente a fornecedores de insumos ou clientes. Em outros, também se trata de alcançar escalas de produção que permitam o acesso a canais de distribuição nos quais os agricultores familiares isolados não poderiam participar.

As exigências da produção em escala, de acordo com Singer (2001) se impõem a elas tanto quanto às empresas capitalistas, onde primeira dessas exigências é que a empresa empregue um número suficiente de pessoas para que seja possível dividir o trabalho em tarefas distintas e especializar algumas no gerenciamento da produção, de vendas, financeiro etc. Caso não tenham estes recursos, as empresas não terão como competir nos mercados, já que estes empregam grande quantidade de capital fixo, o que fará com as mesmas continuem a se refugiar em nichos de mercado que dependem de trabalho artesanal ou semelhante.

### **3 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza dados quantitativos para fins descritivos.

A pesquisa foi realizada em 2016 e participaram 48 agricultores, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Participantes da pesquisa

Assentamento	Entrevistados
Santa Elza	01
Boa Fé	07
Casqueira II	09
Casqueira I	12
Jurema	08
Real	11
Total	48

Fonte: dados da pesquisa

A escolha dos assentamentos foi definida pelo critério da acessibilidade, e os sujeitos foram aqueles que naquele momento estavam desenvolvendo algum tipo de atividade produtiva em sua propriedade.

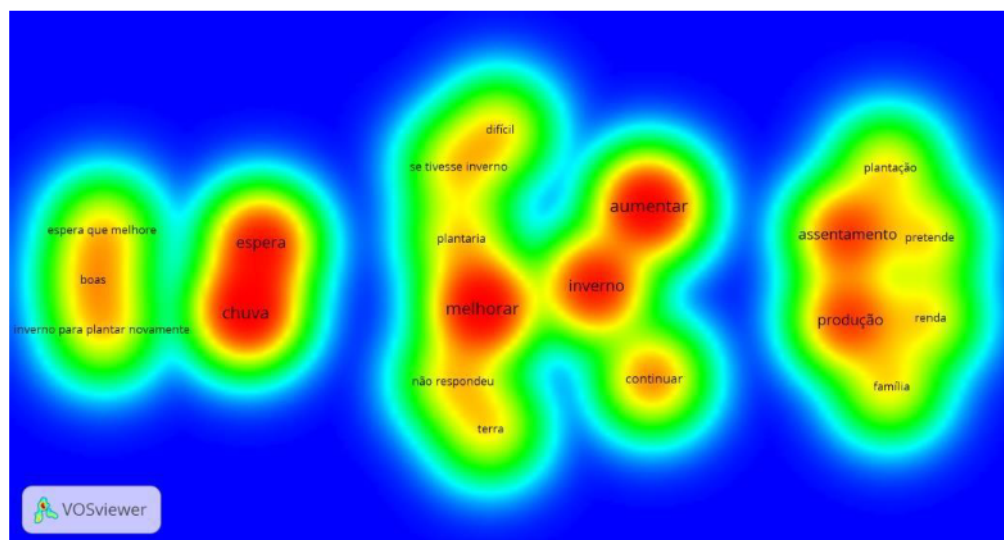
O instrumento de pesquisa foi um roteiro semiestruturado com 13 questões abordando aspectos da expectativa, motivação, estrutura da propriedade, financiamento, renda e perfil tecnológico da produção.

As questões com aspectos mais quantitativos foram tabuladas em *Excel*, e aquelas que abordavam os discursos dos sujeitos foram tratadas com análise interpretativa com apoio do *software* livre *VOSviewer*.

#### 4 Resultados e Discussões

Quando questionados sobre as expectativas e motivações para permanecerem na propriedade e investirem recursos para sua manutenção, a questão central que se destaca como esperança e ao mesmo tempo limitação é o acesso à água.

A figura 1 ilustra essa questão:



Fonte: Elaborada pelos autores



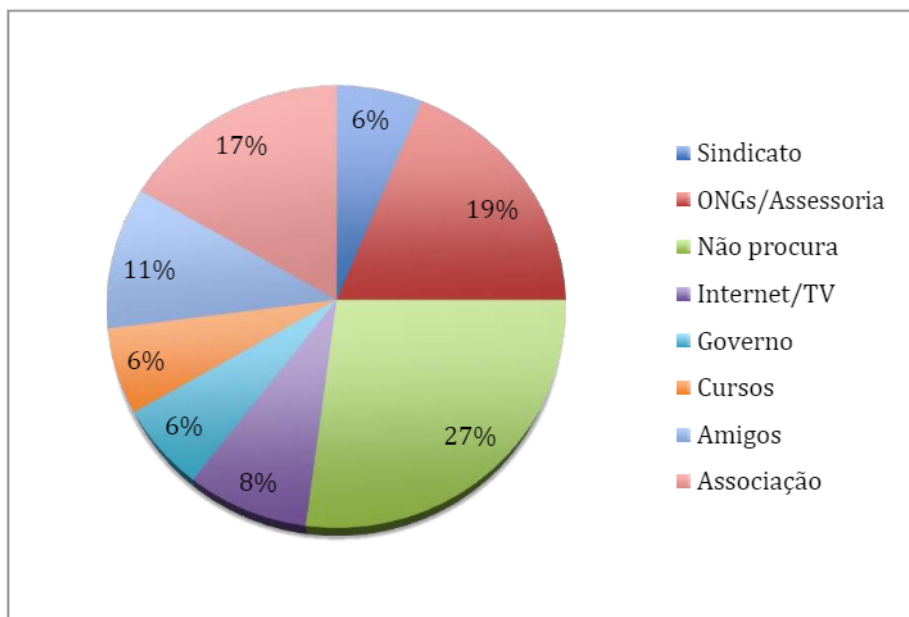
Observa-se uma tendência positiva, palavras como melhorar, esperar, aumentar, estão associadas a chuva, inverno.

Desta forma, ainda que considerem sua situação precária, tem como perspectiva permanecer no local. A relação de dependência do sertanejo com relação as condições climáticas é abordada por Oliveira (2010) atribuindo a essa instabilidade constante os processos migratórios.

Questionados sobre as principais fontes de informação para melhoria da produção, observa-se no Gráfico 1 que um número significativo de entrevistados (13) não tem essa preocupação. Entre os que tem as Assessorias e Associações são indicados com certa relevância.

A ausência de informação é um problema abordado por Reeve e Black (1993) que consideram que ela é fundamental para um gerenciamento eficaz. Giles e Stansfield (1990) também abordam que o gerenciamento é a capacidade de combinar recursos humanos, financeiros e técnicos e nesse sentido a informação sobre o mercado e o processo produtivo são fundamentais.

Gráfico 1 – Fonte de informação para melhorar a produção

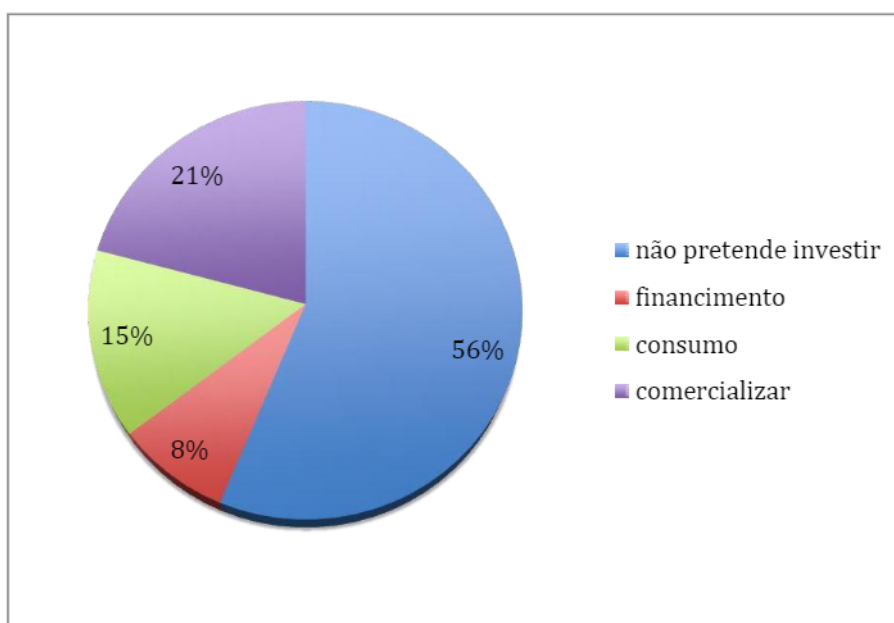


Fonte: dados da pesquisa

O Gráfico 2 apresenta os resultados sobre investimento. Sobre as possibilidades de continuar investindo na propriedade há uma tendência em não investir, declarada por 27 entrevistados. Aqueles que pretendem investir estão divididos entre o consumo próprio (07) e a comercialização (10). Existem ainda os que aguardam algum tipo de financiamento (04). A questão do financiamento é bastante restrita, pois 26 declaram nunca ter recebido qualquer tipo de financiamento. Entre os que já receberam o PRONAF e o Banco do Nordeste são as principais fontes de financiamento. A mudança de foco do auto consumo para a comercialização no contexto da agricultura familiar é corroborada por Valle (1987).

Essa perspectiva de precariedade dos assentamentos quanto as possibilidades de desenvolvimento de uma estrutura produtiva autônoma são comentados por Bergamasco; Norder (1996), quando comentam que apenas o acesso a terra não permite superar a pobreza é necessário que esta seja acompanhada de condições básicas para a produção.

Gráfico 2 – Motivação para investir



Fonte: dados da pesquisa

Sobre a formação dos agricultores a maior parte deles tem seus conhecimentos oriundos de fontes informais, como a família, a vivência e a convivência com o meio rural. Alguns participaram de cursos e treinamentos e consideram que sua formação é mista (06 – formal e informal) somente 5 declaram um aprendizado formal e dois dizem não ter formação alguma.

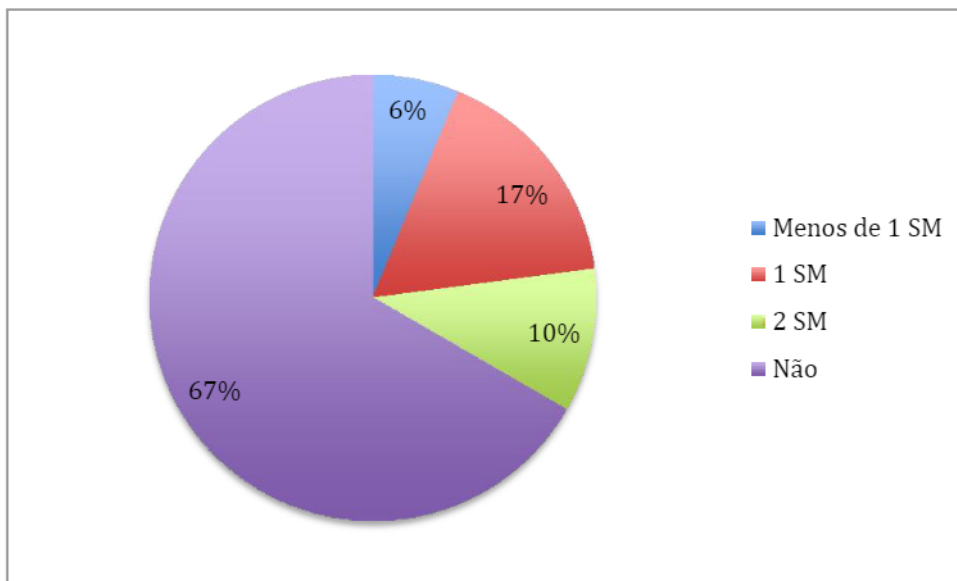
Quanto a experiência associativa 16 entrevistados declaram não nenhuma os demais citam associações, cooperativas, reuniões, feira agroecológica e sindicatos, contudo, a participação mais evidente são as associações.

Esses dados sugerem que os aspectos informais e de associação são importantes para esses agricultores. Singer (2001) sugere que a solidariedade pode ser um meio de proporcionar econômicos. Os principais produtos cultivados nas propriedades são o milho e o feijão, poucos dedicam-se a criação de animais, há também a produção de caju e melancia de forma secundária, Batalha, Buainain e Souza Filho (2012) também abordam a importância dos processos associativos para melhorar a capacidade de gestão dos agricultores no enfrentamento da estrutura das grandes propriedades rurais.

A ausência de chuvas associadas a outras dificuldades como precariedade de assistência técnica e financiamento tem dificultado a renda proveniente da produção,

visto que 32 entrevistados declararam não ter esse tipo de renda (Não), 3 com menos de 1 salário mínimo (SM), outros 8 com um e 5 com 2 salários mínimos (SM).

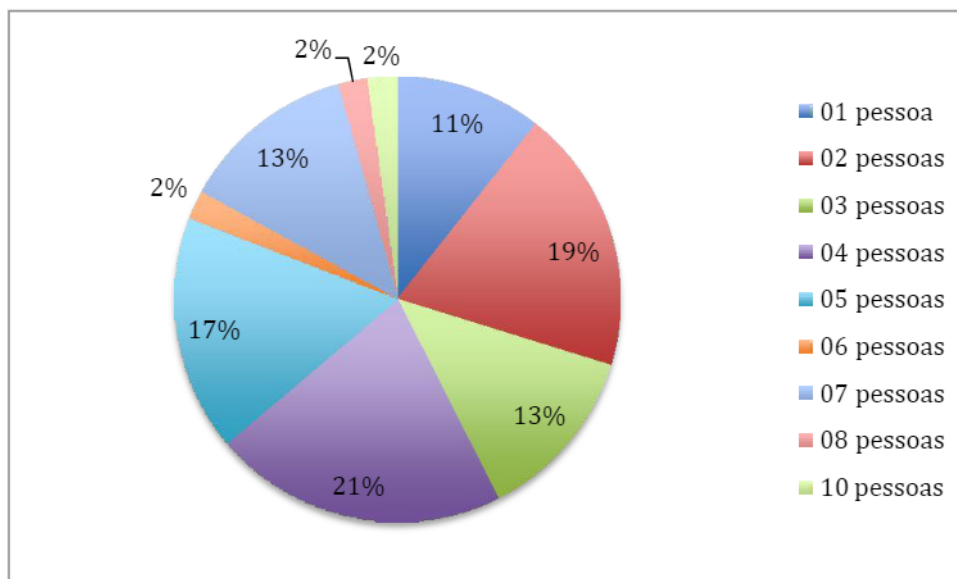
Gráfico 3 – Renda proveniente da produção agrícola



Fonte: dados da pesquisa

Esse nível de renda é precário se considerarmos o número de pessoas na família (Gráfico 4), pois 27 dos entrevistados tem família acima de 3 pessoas. Contudo é Possível verificar uma concentração em famílias de 02 (09 citações) e 04 pessoas (10 citações) o que demonstra que há uma redução do tamanho das famílias.

Gráfico 4 – Número de pessoas na família



Fonte: dados da pesquisa

A estrutura da produção é prioritariamente familiar, pois dos 48 entrevistados apenas 10 contrata algum tipo de mão de obra, ainda assim a maioria desses agrega ao trabalho familiar entre 1 e 2 funcionários.

Esses dados são confirmados pelo caráter artesanal da produção visto que somente 16 entrevistados usam o trator, sendo essa a única tecnologia citada por eles.

O caráter artesanal da produção não é em si um fator que desqualifica a produção, desde que tal processo esteja relacionado com um nicho de mercado, como afirma Wilkinson (2011), pois se está relacionada com produtos de qualidade superior pode obter vantagens de comercialização. Contudo, não é o que ocorre no campo desta pesquisa, pois o processo produtivo está apenas vinculado as limitações tecnológicas e financeiras do produtor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados indicam que as questões climáticas e a descontinuidade na assessoria técnica e de financiamento não permitem que se construa uma cultura gerencial capaz de capacitar os produtores vinculados a propriedades rurais familiares a competirem no mercado, dificultando a comercialização que demanda uma certa continuidade.

Desta forma a produção tem se caracterizado prioritariamente para o autoconsumo, não favorecendo a melhoria da renda da família e também impossibilitando investimentos que poderiam melhorar as condições tecnológicas da produção.

## REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**, Paraíba, 2004, 9(1), 81-88.

BAIARDI, Amílcar; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 45-62, 2014.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. 2012. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/texto-44-tecnologia-de-gestao-e-agricultura-familiar-pdf-d279377888>>. Acesso em: 27 jun 2012.

BERGAMASCO, Sônia Maria & NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos) 301 p.

BUAINAIN, A. M e SOUZA FILHO, H.M. Elementos para análise e desempenho de políticas de crédito para agricultura familiar. **NEA/IE/UNICAMP – GEPA/DEP/UFSCar**. São Carlos, 2001.

BUAINAIN, A. M; GUNZIROLI, C.; SOUZA FILHO, H. M. de; BÁNKUTI, F. I. Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (org.) **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

CAMPOS, J.I.; VALENTE, A. L. E. F. O uso de valores tradicionais, culturas e históricos como estratégia de marketing para agricultores familiares de café: o caso do alto paraíso de Goiás. **Anais do XLV Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Londrina: SOBER, 2007.

- DOS SANTOS, Christiane Fernandes et al. Agricultura Familiar e Convívio Sustentável numa Perspectiva Interdisciplinar. **Revista de Políticas Públicas**, v. 16, n. 1, p. 25-35, 2012.
- ESPIRITO SANTO, E., CARDOSO, L. V. e MEDEIROS, J.X. Nova competição: um enfoque estratégico para competitividade da agricultura familiar. **Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora: SOBER, 2003.
- EVANGELISTA, F.R. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Banco do Nordeste do Brasil, 2000.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Londres: CAB International, 1993.
- GILES, A. K.; STANSFIELD, M. **The Farmer as Manager**. Wallingford: C.A.B. International, 1990.
- ITESP. Sítios e 'situações': Planejamento Territorial e cálculo de módulo para Assentamento Rurais. São Paulo: ITESP, 1998. Cad. nº 08, 144 p. (**Série Cadernos ITESP / Secretaria da Justiça e da defesa da Cidadania**).
- LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. **Sociologias** [online]. 2010, vol.12, n.25, pp. 158-198.
- MEDEIROS, J. X.; WILSON, J. e LIMA, D. M. A. O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M. A e WILKINSON, J. (org.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/ Paralelo 15. 400p. 2002.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 211-270, 2007.
- OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Apontamentos sobre comunidades rurais do sertão brasileiro. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVII, nº 20, Jul – Dez de 2010
- REEVE, Ian John, and WILLIAM Alan Black. **Australian farmers' attitudes to rural environmental issues**. University of New England, 1993.
- SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. estado**. [online]. 2001, vol.16, n.1-2, pp. 100-112.
- VALLE, F. **Manual da contabilidade agrária: a produção agrária, a administração da empresa agrária, a contabilidade agrária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- WANER, J. NGC Case Study: **New Generation Cooperatives and The Future of Agriculture: an introduction**. Illinois Institute for Rural Affairs, 2000.
- WILKINSON, John. A Agricultura Familiar ante o Novo Padrão de Competitividade do Sistema Agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 1, n.21, p. 62-87, 2004.
- WILKINSON, John. Cadeias produtivas para agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 1, n. 1, 2011